

# Artigo

---

*Benjamin Nicolaas Teensma*

# Arruinado, desgastado, corrompido. Os últimos meses do Forte Maurício no Brasil holandês (novembro de 1646-abril de 1647)\*

*Ruiné, usé, corrompu. Les derniers mois du fort Maurice au Brésil-Néerlandais (novembre 1646-avril 1647)*

**Benjamin Nicolaas Teensma**

Pesquisador holandês; Professor Emérito da Universidade de Leiden.

## RESUMO

Este artigo se debruça sobre as adversidades que constituíram a difícil experiência dos últimos meses do Forte Maurício no Brasil, entre 1646 e 1647. Está pautado na documentação holandesa, sobretudo cartas trocadas entre os agentes da Companhia das Índias Ocidentais, disponíveis no Arquivo Nacional em Haia. A partir de tal documentação, não apenas se refaz o cotidiano da guerra, como também se evidenciam as limitações para sua operacionalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Forte Maurício; WIC; Invasão holandesa em Pernambuco

## RÉSUMÉ

*Cet article traite des adversités qui ont constitué la difficile expérience des derniers mois du fort Maurice au Brésil, entre 1646 et 1647. Il est basé sur la documentation néerlandaise, notamment des lettres échangées entre les agents de la Compagnie des Indes occidentales, disponibles aux Archives Nationales de Haia. A partir de cette documentation, on refait non seulement le quotidien de la guerre, mais aussi les limites de sa opérationnalisation.*

**MOTS-CLÉS:** Fort Maurits; WIC; Invasión hollandaise a Pernambuco

## INTRODUÇÃO

O Forte Maurício em Penedo, sobre o Rio São Francisco, foi novamente ocupado pelos holandeses em novembro de 1646, e definitivamente abandonado por eles em abril de 1647. Penedo fica a cerca de 50 quilômetros rio acima numa zona periodicamente flagelada pelas secas do Nordeste do Brasil. O intenso calor e as secas mais prolongadas ocorrem na primavera do Hemisfério Sul, ou seja, no período entre fins de setembro até fins de março. As 13 cartas conservadas do Dossiê Forte Maurício, do Coronel James Henderson, foram escritas entre 29 de novembro de 1646 e 27 de fevereiro de 1647. Assim, o calor e as secas são aspectos repetidamente mencionados. Na carta de 8 de fevereiro de 1647, observou-se que já havia três meses que não chovia [J2].

---

\*Artigo recebido em 08 de outubro de 2019 e aprovado para publicação em 20 de maio de 2020.

Navigators: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 146-160 – 2020.

As 13 cartas em questão estão guardadas no fundo da Velha Companhia das Índias Ocidentais, no Arquivo Nacional em Haia, código de entrada 1.05.01.01, número do inventário 63, números consecutivos 1, 3, 5, 7, 8, 11, 16, 17, 59 (WIESEBRON, 2005). Neste artigo, cada carta recebeu, por ordem cronológica, sua identificação individual por uma letra maiúscula, nas citações, seguido pelo número da folha dentro de cada epístola. A abreviação JH significa James Henderson, P+C significa Presidente e Conselheiros no Recife, e XIX significa Os Senhores Dezenove, ou seja, a Diretoria Suprema da Companhia na Holanda. Tal nomeação resulta no seguinte esquema:

		DATA	FLS.	DE	PARA
1	A	29 NOV 1646	8	JH	P+C
2	B	10 DEZ 1646	4	JH	P+C
3	C	11 DEZ 1646	1	JH	P+C
4	D	25 DEZ 1646	5	JH	P+C
5	E	1 JAN 1647	6	JH	P+C
6	F	15 JAN 1647	3	JH	XIX
7	G	16 JAN 1647	7	JH	P+C
8	H	29 JAN 1647	4	JH	P+C
9	I	1 FEV 1647	2	JH	P+C
10	J	8 FEV 1647	2	JH	P+C
11	K	18 FEV 1647	3	Daems	P+C
12	L	23 FEV 1647	2	JH	P+C
13	M	27 FEV 1647	5	JH	P+C

A maior parte dessas cartas foi arrematada pela servil frase de despedida usual naquela época, muito embora essa mesma frase, ao fim da série, e em função da ampliação da mútua irritação dos correspondentes, tenha sido formulada com palavras mais frias. Para ilustrar esse ambiente, é relevante citar dois exemplos: “Provarei que sempre me ofereço para o humilde serviço de Vossas Nobres e Potentes Senhorias que, para terminar esta carta, recomendo à Proteção Divina, rogando que Ele abençoe Vossas Nobres e Potentes Senhorias e Governo cada vez mais com toda prosperidade” [A8]; e: “Com esta e para terminar esta

carta recomendo Vossas Nobres e Potentes Senhorias à Piedosa Proteção Divina, rogando-lhe etc.” [L2].

## EXPERIÊNCIAS INICIAIS

Em junho de 1645, estalara a rebelião dos moradores portugueses contra o regime da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Um após outro, os fortes externos foram conquistados pelos insurgentes. No sul da colônia, o Forte de Porto Calvo rendera-se a 17 de setembro; o Forte Maurício sobre o Rio São Francisco, a 18 de setembro; e o do Sergipe a 22 de setembro de 1645<sup>1</sup> (BOXER, 1957, p. 172). As guarnições deles foram levadas aprisionadas à Bahia. Mas, sobretudo em relação ao Forte Maurício, os holandeses concederam um grande valor simbólico. Apesar de todas as derrotas, eles seguiram considerando o Rio São Francisco como a fronteira sul de sua colônia, e com base nesse forte, esperavam poder controlar tal fronteira, impedir as infiltrações dos insurgentes, e provavelmente até empreender de novo um ataque contra a Bahia.

Assim, mandaram, no fim de outubro de 1646, uma Armada com um Exército de aproximadamente mil soldados, comandados pelo almirante Jan Cornelisz Lichthart e pelo coronel James Henderson, ao Rio São Francisco. Encontraram o forte em estado desmantelado, abandonado e arruinado, de modo que a reocupação pouca energia lhes custou, mas tanto mais trabalho a reconstrução desse forte, nos meses a seguir<sup>2</sup>. Além disso, o abastecimento daquela possessão afastada e de difícil acesso resultou ser superior às possibilidades da capital Recife, por sua vez também sitiada e necessitada.

Por essa razão, já em abril de 1647, eles se viram forçados a abandonar novamente o forte. Assim, essa precipitada e inconsiderada reocupação não durou mais de meio ano, custando naquele ínterim centenas de vidas humanas e toneladas de materiais dissipados. Mas também ela produziu uma sé-

rie de cartas patéticas escritas pelo Coronel Henderson no Forte Maurício e dirigidas ao Presidente e Conselheiros no Recife, e que oferecem uma dramática imagem da vida diária de um forte ameaçado, com privações, escassez, fome, patrulhas fatais, crescente rebeldia entre os soldados, e o cinismo e um dissimulado desespero de seu comandante.

Tais cartas se encontram no Arquivo da Velha Companhia das Índias Ocidentais, no Arquivo Nacional em Haia, e foram enviadas semanalmente, entre novembro de 1646 e março de 1647, pelo Coronel James Henderson aos seus superiores no Recife. O dossiê não está completo, e as respostas vindas do Recife faltam na sua totalidade. Algumas cartas escritas em novembro de 1646, bem como todas as cartas escritas em março de 1647, desapareceram. Apesar dessas lacunas, esse pacote de 50 folhas manuscritas oferece uma incisiva descrição da dura existência militar num acampamento primitivo, numa zona inóspita, e num clima flagelado por secas e calores. Felizmente, alguns detalhes perdidos ainda podem ser encontrados na conhecida crônica seiscentista de Joan Nieuhof: *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (NIEUHOF, 1981, pp. 302-303).

Nas páginas desse livro encontramos essas descrições:

as nossas forças ficaram de tal forma reduzidas que não mais estavam em condições de tentar qualquer operação contra os portugueses perto do Recife. Tal fato levou o Conselho a decidir que se tentasse a reconquista do Rio São Francisco, plano esse cuja execução foi confiada ao Coronel Hinderson. Nessa empresa, as nossas armas foram mais afortunadas, pois encontraram fraca resistência na região. Consoante essa resolução, a 24 de outubro zarparam para o Sul, sob o comando do Almirante Lichthart e do Coronel Hinderson, os seguintes navios: como capitânia *Graef Enno*, como vice-capitânia *Loanda*, *Het Wapen van Dordrecht Schout bij Nacht*, *De Blauwe Haen*, *Waekende Hont*,

*Hazewint*, *Arent*, *Ster*, *Heemstede*, *Vlucht*, acompanhados por oito barcas. No dia 17 de novembro, o Conselho recebeu notícias de que as nossas tropas sob o comando do Coronel Hinderson desembarcaram em Cororipe sem serem molestadas. Marchando daí para o Rio São Francisco e o Forte Maurício, não encontraram oposição do inimigo, que tinha iniciado a demolição do dito forte. Depois de atravessar o rio, nossas tropas foram acompanhadas pelos navios menores, navegando rio acima. Prosseguindo a marcha para Sergipe D'el Rei, deixaram para trás turmas encarregadas de reformar o forte. Diziam mais as notícias recebidas que quatro portugueses haviam solicitado anistia

Outra preciosa notícia a respeito desta expedição encontra-se no primeiro parágrafo da carta do Coronel Henderson aos Senhores XIX, datada de 15 de janeiro de 1647, onde escreve:

Por ordem do Governo Supremo no Recife, saí no fim de mês de outubro do ano passado com aproximadamente mil soldados ao Rio São Francisco para lá construir um forte, cujos trabalhos ainda estão sendo executados energeticamente dia e noite e que, com a ajuda de Deus, serão terminados dentro de pouco [F1].

Isso significa, em breves palavras, que no meio de mês de novembro de 1646 uma força de mil soldados holandeses chegara a Penedo, situado 50 quilômetros rio acima na margem setentrional do Rio São Francisco. A partir de materiais primitivos, lá os soldados construíram um acampamento provisório, dedicando-se, a partir de então, à restauração do antigo forte, na maior parte destruído pelo inimigo português. Ao fim daquele mês, lá chegara o comissário João Nieuhof na Caravela *Bruinvisoh*, com um carregamento de víveres para o armazém do Exército. Outra vez, é ele quem fornece novos detalhes sobre a situação local naquele momento:

Ficamos detidos quase um dia em um banco de areia e, depois de o termos vencido, atingimos a vila denominada Penedos, a cavaleiro de uma elevada montanha. Aí desembarcamos com auxílio de nossos botes e encontramos diversas casas reconstruídas pelos nossos; as demais haviam sido incendiadas pelo inimigo em retirada. No tempo dos portugueses, existia no forte uma igreja que transformamos em arsenal; era circundada por um bom muro junto ao qual o rio passava, ao norte [= sul], onde a montanha é abrupta (...). As tendas dos soldados foram, em sua maioria, plantadas na face norte do morro, construídas com galhos e folhas de árvores (NIEUHOF, 1981, pp. 303-304).

Apenas duas semanas Nieuhof passou no Forte Maurício, em cujo período a sorte não lhe era benévola, nem a ele nem à tropa. No dia seguinte à sua chegada, atracou um barco trazendo o Almirante Lichthart na fase terminal. Dez dias antes, ele saíra rio acima com uma companhia de soldados para reconhecer essa área. No caminho, fora vítima de um ataque de febres violentas e, para mitigá-las, bebera em demasia água contaminada do rio. Morrera de disenteria ao chegar ao pontão de acostagem [A4]. Além disso, o Coronel Henderson dera sinais de forte antipatia pelo Comissário Nieuhof, sem vontade de empregá-lo. Num comentário azedo, ele escreveu a respeito do recém-chegado: “Só uma vez tratarei de lhe encontrar qualquer tarefinha em que possa servir-me na sua comissão” [A7]. E para cúmulo das desgraças, na tarde do dia 3 de dezembro, declarou-se um incêndio nas barracas dos soldados, no momento em que estavam tomando banho no rio. Para piorar a situação, lá tinham deixado suas armas, vestimentas e sapatos; e assim todos esses materiais, bem como o resto de sua bagagem e utensílios da engenharia, perderam-se num abrir e fechar de olhos [B3/4].

A partir de então, muitos militares andaram nus e descalços pelo acampamento. Nessa circunstância, o coronel dera ordem

ao Comissário e Intendente Nieuhof de prover alguns soldados e oficiais do essencial, porque tinham perdido tudo no incêndio. Evidentemente, para o coronel valia o princípio de que nas emergências as regras perdem seu vigor. Mas, para um intendente, isso era diferente, porque para ele não era lícito dispor livremente dos bens da Companhia sem ordem especial dos superiores que estavam na capital. Isso provavelmente fora motivo de um conflito entre o coronel e o intendente, já que, pouco depois, Nieuhof recebera o aviso de voltar ao Recife na primeira ocasião; e, assim, já em 16 de dezembro embarcara na Galeota *Vleermuis* (NIEUHOF, 1981, pp. 305-306).

Dez dias mais tarde, o Exército foi atingido por outro desastre. Por ordem dos seus superiores no Recife, o Coronel Henderson mandara, a 25 de dezembro, seis companhias, ou seja, 320 soldados, comandados pelo Capitão Samuel Lamontagne, rio acima, em barcos, para lá demolir todos os currais, reunir todo o gado presente para uso próprio, e aniquilar todas as unidades inimigas. No primeiro dia da expedição, cinco léguas afastados do forte, tinham deixado os barcos na altura da casa de Valentim da Rocha, para entrar na campina. Viram lá 30 inimigos que, numa temerária correria, foram atacados pelos soldados, que nem sequer prestaram atenção às ordens dos seus oficiais. Não sabiam que uma supremacia inimiga de 500 homens comandados pelo mestre de campo Francisco Rebelo se ocultava na fralda da mata. Inesperadamente foram atacados por uma unidade de tapuias armados com tacapes<sup>3</sup>. No sobressalto, os holandeses deitaram os mosquetes, para serem massacrados sem resistência pelos tapuias, fisicamente muito superiores. Nesta ocasião, morreram 130 soldados, cinco capitães, três tenentes e um alferes [E2].

Três semanas depois, o coronel narraria extensamente esse drama na sua carta aos Senhores XIX, na Holanda, constatando nela com pesar:

Nossa gente é nova e inexperimentada na guerra neste país, sobretudo na disposição das emboscadas, em cuja arte o inimigo – habituado à constituição destas latitudes e suas temperaturas, fomes e fadigas – nos supera. Como a cada dia a prática diária nos ensina suficientemente, porque por todas partes os portugueses dominam nos campos, onde nós geralmente sofremos as derrotas [F 1/2].

Para ele, portanto, a inexperiência dos soldados foi a principal causa da derrota, explicada também pelo efeito psicológico da visão pavorosa de um bando de “índios-atletas” nus, armados de tacapes:

No último encontro, seus tapuias nos causaram o maior prejuízo, porque eles nos atacaram fortemente na fuga por detrás, matando-nos muita gente que pretendia salvar-se entre os arbustos. Tanto pânico havia entre nossa gente que mais medo tinham dos tacapes deles, que anteriormente os tapuias dos nossos mosquetes (F2).

Segundo ele, uma terceira razão a ser apontada estava no fato de que a Companhia enviava defeituosas armas de fogo às colônias. Aqui a principal responsabilidade cabia aos diretores na Holanda, e não às autoridades no Recife. Fica-lhe mui honroso ter tido a coragem de comunicar o fato tão francamente, como se segue: “Peço às Suas Excelências de prestarem a devida atenção à qualidade das armas que de lá se destinam para cá, sobretudo das escopetas e mosquetes, de jeito que sejam enviadas em boas condições. Porque a experiência nos ensina que frequentemente se desfazem por defeituosos, ferindo muitos soldados válidos” (F3).

Depois do desastre, o tribunal militar devia pronunciar-se sobre a eventual culpabilidade dos oficiais e soldados que tomaram parte na expedição. Já não era necessário julgar o comportamento dos capitães, tenentes e alferes mortos, mas o Tenente Gijsselinc e o Alferes Schut foram condena-

dos à demissão desonrosa: “rompendo-lhes os sabres diante dos pés e declarando-os inábeis para doravante servir a Companhia neste país em qualquer função” [E2, E6]. Ao contrário, o capitão Tomé Ramos da companhia dos Tupis se comportara exemplarmente, ficando livre de ser condenado. No entanto, todos os soldados que regressaram foram considerados culpados por desobediência; contudo, sobretudo porque era impossível condenar a morte uma centena de pessoas, foi indicado por sorteio um de cada “nação”: da europeia e da indígena, um só indivíduo seria fuzilado. Para a maioria dos funcionários e oficiais holandeses, tal medida teria bastado para restaurar a honra injuriada, mas não para o oficial tupi Tomé Ramos, que evidentemente observava outras normas éticas e jurídicas. A seguinte citação é extraordinária por testemunhar um raríssimo depoimento de orgulho, solidariedade e autoconsciência indígena:

Mas quando queriam realizar a execução, todos os soldados começaram a gritar ao mesmo tempo por clemência, dizendo que não eles tinham a culpa, senão os oficiais que os tinham comandado erradamente. O Capitão Tomé Ramos dos brasileiros – que nesta ocasião se portara mui valentemente – me explicou que ele viera do Ceará com seu povo por pedido do governo anterior para servir à Nobre Companhia, e que ficou furiosíssimo que eu agora queria castigar seus brasileiros desse modo, porque a tal fuga e todos os abusos subsequentes tinham sido provocados unicamente pela insegurança e mau governo dos oficiais. Dizendo em geral que, em tais circunstâncias, preferia voltar à sua terra a seguir servindo nesta guerra, exprimindo-se em termos tão veementes que eu – para evitar desastres – me vira obrigado a perdoar os condenados [E3].

Mas o presidente e seus conselheiros no Recife não se conformaram com a arbitrária concessão de graça do coronel, que provavel-

mente interpretaram como precedente perigoso. Por carta, mandaram-lhe uma grave repreensão cujos termos não conhecemos, mas o teor sim, pois o coronel reagiu a ela na sua carta de 16 de janeiro. Nela explicou que chegara à sua resolução pela argumentação dos oficiais indígenas, e também pelo exemplo da generosa política indultária anteriormente praticada por João Mauricio de Nassau. Porém, para sossegar a irritação dos seus superiores, pediu perdão a eles por meio dessas submissas palavras: “Mas vendo que Vossas Excelências não gostaram da minha atitude, não voltarei a adotá-la futuramente” [G6]. Entretanto, seguiu acalentando e com esperança de alguma vez ainda ter a ocasião de obter, com suas tropas no campo da batalha, satisfação pela derrota do dia 26 de dezembro: “Só por falta de disciplina e mau comando foram derrotados os nossos. No entanto, já ocorreu também que uns cem soldados perderam a coragem para mais tarde revigorar suas forças de tomar a vingança. E espero que Deus nos conceda ainda a ocasião de encontrarmos-nos outra vez com eles” [G7].

## CONSOLIDAÇÃO?

Depois de tanta agitação, a vida da guarnição retomara seu curso acostumado. As vacâncias abertas pelos oficiais caídos deviam ser preenchidas, e essas mutações tinham custado algum trabalho administrativo (E4, E5, G3/4, G5); em reforço, chegara uma nova companhia comandada pelo Capitão João Danielsen [G5]; elaborara-se a lista com o estado da tropa existente, que por carta se mandara ao Recife: “O número dos soldados agora presentes aqui, entre doentes e válidos, monta a 469 brancos e 233 brasileiros aproveitáveis” [H2]; e finalmente sacara-se um partido de escopetas desusadas do armazém de armas em substituição aos mosquetes perdidos. Mas, tendo em vista que os militares europeus se negaram a utilizar esses perigosos fuzis, foram entregues aos soldados da também presente companhia dos africanos<sup>4</sup>: “Reparti a companhia

dos negros por três companhias brancas, porque essas armas são muito fracas, e nenhum branco se atreve a manejá-las” [E5/6]. E assim a odiada tarefa de restaurar as muralhas do forte podia ser retomada. Entretanto, o Coronel Henderson começou a mostrar sinais de descontentamento por sua agitada existência, pedindo transferência. Não tinha mais vontade de ser capataz de operários e novatos inexperientes, e ventilou seus sentimentos na seguinte correspondência:

Esperava que Vossas Excelências me tivessem chamado para outra função vacante, mas até agora não recebi nenhuma ordem para tal, e aguardo semelhante convite por parte de Vossas Excelências na primeira ocasião. Sempre me tenho aprontado para servir; portanto peço a Vossas Excelências que não sigam empregando-me aqui como capataz, porque essa não é minha função, e outra coisa não posso fazer aqui. Porque sumiram as melhores companhias e os mais experimentados oficiais que aqui havia; de resto não tenho senão bisonhos desorientados e inexperientes, que não conhecem nem o terreno, nem a rotina militar, e que ainda devem aprender cada uma das coisas [H3].

Os presentes, que de vez em quando enviava a seus superiores, provavelmente não tinham outra função que lubrificantes para apressar a almejada transferência, ou adocantes para serenar uma eventual irritação por qualquer acontecimento desagradável. Nesse contexto, mandou ao Recife, a 10 de dezembro de 1646, uma semana depois do grande incêndio, uma grande quantidade de milho para os cavalos [B4]; e ao primeiro de janeiro de 1647, quatro dias depois da grande chacina na cercania da casa de Valentim da Rocha, três cavalos de sela, “os melhores que tenho podido apanhar por aqui” [E3].

As cartas escritas entre novembro de 1646 e abril de 1647 mandadas pelo Presidente e Conselheiros no Recife ao coronel em Penedo não se conservaram, mas os te-

mas manifestam-se pelas respostas dele. Já que o inimigo devastara o forte antes da sua fuga para a Bahia e o Sergipe, a restauração dele era sumamente urgente. A incitação à rapidez nessa tarefa era, portanto, um dos principais temas da correspondência. Mas, por ignorância das circunstâncias locais, os superiores no Recife subestimavam em alto grau o impacto das suas exigências porque os muros do forte não se construíram de pedras, senão de paliçadas enchidas com terra e céspedes. Em Penedo, o solo não se constituía de argila [B1], senão de pó e areia [B1, D2] e, sem tábuas horizontalmente colocadas dentro das fileiras das paliçadas, ele desmoronava com facilidade. E, se o solo dentro das paliçadas não era coberto por céspedes, o vento o soprava com a mesma rapidez que os soldados o traziam. Mas acontecia que no forte faltavam as tábuas, que a intendência do Recife contava recebê-las da Holanda. No incêndio de 3 de dezembro, todas as pás, padiolas e carrinhos de mão se tinham perdido; as céspedes deviam ser transportadas desde longe, mas os militares descalços dificilmente podiam fazê-lo. Além disso, as paliçadas deviam ser cortadas nas matas ao longo do rio, e como os cabos dos machados igualmente tinham sido queimados, também essa tarefa estagnava.

Nas primeiras semanas depois do retorno, os militares ainda executaram os trabalhos da restauração de boa vontade, mas rapidamente se rebelaram, porque diziam que foram recrutados como soldados e não como operários. Isso resultara em problemas disciplinares para o coronel; para fazer que sua gente seguisse cooperativa, teve de lhes prometer recompensas especiais como comidas, bebidas e dinheiro:

Mas se Vossas Excelências querem que as obras do forte se façam com maior rapidez, será necessário que mandem algum dinheiro e mais vinho para cá, para estimular a boa vontade dos soldados que até agora trabalharam de graça porque de outra maneira – sem considerar minha

reputação – me será impossível incitar-lhes a trabalhar sem pagamento, e também porque de tanto mourejar eles chegaram a ser tão fracos e sem energias que frequentemente se derretem em lágrimas [A1].

Ultimamente, tem-se passado pouca coisa de importância, senão que seguimos trabalhando na restauração do forte, o que – Deus seja louvado – se continua razoavelmente, e esperamos que quanto antes ele esteja em estado de defesa. Mas tudo depende da força dos soldados, porque apesar das quatro libras de carne verde que semanalmente lhes mando dar, pela falta de sal se adoecem e enfraquecem [B1].

As alusões à carne verde e ao sal precisam de ser explicadas. As extensas campinas dos dois lados do Rio São Francisco prestaram-se maravilhosamente à criação extensiva de gado. Os bois eram vigiados pelos vaqueiros locais, e, em momentos determinados, tangidos aos currais para serem ferreteados e vendidos. Mas pela demorada guerra e pelo retorno dos holandeses, muitos ganadeiros portugueses se tinham refugiado com sua gente na Bahia, de maneira que desde então milhares de bois erravam sem vigia pelos campos. Ao princípio, os militares brasileiros que serviam no exército holandês tinham podido tanger muitos deles ao Forte Maurício, onde complementavam os escassos víveres existentes. Mas desde que os portugueses se reagruparam, puseram fim a esse abastecimento. No armazém dos víveres do forte havia falta de tudo, até de um produto tão essencial como o sal. Nos calores tropicais, onde a temperatura suplanta os 40 graus, a transpiração nos trabalhos físicos é grande, com perda de sal como consequência. A perda excessiva de sal causa enfraquecimento e sede fisiológica, unicamente remediáveis pela própria administração do sal. Nos trópicos, portanto, o sal é uma substância alimentar indispensável.

a provisão de sal à nossa gente teria sido de grande utilidade; e por

isso peço a Vossas Excelências que não deixem de mandar-nos em boa quantidade, porque com ele não só a carne se conservaria por mais tempo, mas também manteria os soldados em melhor condição e força para servir à Nobre Companhia [B2].

Por cuja razão, Vossas Excelências não deixem de ser advertidas de prover o forte com uma adequada ração de sal, porque essa é a principal matéria que nos falta aqui [G3].

O presidente e seus conselheiros eram administradores excelentes, mas não eram comandantes de tropa. De seus escritórios, sobrecarregaram o pobre Coronel Henderson com bem-intencionadas sugestões, que aquele, uma carta após a outra, tinha que refutar. A restauração do forte tinha a máxima prioridade, e tudo o que se desviava daquele fim devia ser evitado. Também a provisão dos materiais necessários para o restabelecimento dele devia ter prioridade, mas por falta de comandantes de tropa na capital, por ignorância e lentidão burocrática, por fraude dos funcionários da intendência, e por escassez dos meios de transporte, eles reagiram com lentidão, mesquinhez ou com os materiais indevidos aos inúmeros pedidos que recebiam de Penedo. Não é difícil compor uma lista variada dos gêneros necessitados no forte, que vai de papel para a correspondência [H3], azeite para as lâmpadas [M2], medicamentos e ligaduras para o hospital [A2, D3/4], pedras e cal para uma forna de padaria [I2, L2], utensílios e pessoal para uma olaria [A6/7] e para a produção de farinha de mandioca [A6, B2, C2] e, em geral, víveres convenientes para o armazém. Para ilustração desse último, o Comissário Paulo Antônio Daems assim escrevia na sua carta de 18 de fevereiro de 1647 aos superiores no Recife:

Mando a Vossas Excelências o estado completo do nosso armazém, do qual podem deduzir quão insuficiente é a provisão de víveres que temos por aqui, com exceção da fa-

rinha da qual temos um estoque razoável. Porque Vossas Excelências, considerando que cada semana mais de mil indivíduos dependem desse armazém, não deixarão de constatar que não escrevo infundadamente que nossa provisão é pequena [K1].

Essa carta do Comissário Daems, de 18 de fevereiro de 1647, tinha uma segunda intenção bem clara. Por experiência, sabia-se que a essa altura o inverno brasileiro estava para começar, e que a cada ano, nos meses de março, abril e maio, a navegação entre o Recife e o Rio São Francisco se dificultava por fortes contracorrentes. Na primeira página da *Descrição das Costas do Brasil*, de João de Laet, de 1637, observa-se um comentário explícito a respeito desse fenômeno: “Nesta época as águas correm para norte pela costa, de modo que é impossível dirigir-se ao sul” (LAET, 2007, p. 110). Portanto, foi necessário que com prontidão e suficiência se aprovisionasse o forte antes do mês de março. Para esse fim, o Comissário Daems formulou sua mnemônica aos superiores no Recife nestes inequívocos termos:

Porque dentro de pouco tempo os ventos e as correntes começarão a correr para o norte, e que a navegação então do Recife para o sul será muito difícil – necessitando por vezes de mais de cinco a seis semanas para se chegar aqui – não quero deixar de ter lembrado a Vossas Excelências humildemente que se sirvam aprovisionar-nos com tempo de todos os indispensáveis víveres e munições de guerra, em tanta quantidade como Vossas Excelências na sua sabedoria julguem conveniente [K2].

## DESCONTENTAMENTO CRESCENTE

Entretanto os funcionários do forte tinham podido experimentar que os comissários dos armazéns no Recife nem sempre eram dignos de confiança, e que com certa

frequência trapacearam acerca das quantidades e qualidades dos gêneros a enviar. Se, por exemplo, uma fortaleza na província encomendara 5.000 libras de determinado produto, debitavam na administração do armazém central da capital 5.000 libras dele, mas enviavam, de fato, mediante uma lamentável incorreção de leitura, somente 3.000 libras. As assim libertadas 2.000 libras ficaram, desse modo, à disposição pessoal do comissário míope. Um bom exemplo dessa prática encontra-se registrado no produto mecha ou rastilho: “Pensava ter trazido 5.000 libras, mas acho-me defraudado porque entregaram-me somente 3.000 libras” [G3]. E também acontecia que remetiam os produtos mais antigos e, portanto, quase estragados para os fortes provinciais, porque naquelas distâncias sempre resultava difícil provar como, onde e quando esses gêneros tinham alcançado a podridão:

Constatamos com grande pesar que na entrega ou no transporte dos secos cometeram tantos abusos que nosso armazém se vê agora em grandes apuros, porque quase nenhuma barrica tem chegado cheia aqui, mas todas drasticamente despejadas; sobretudo nos toucinhos e nas carnes; e ninguém sabe a quem atribuir a culpa. E os molhados são tão intragáveis e fedorentos que — dito seja com permissão — nem aos cachorros se presenteariam. De modo que acreditamos que o comissário dos víveres guarde todos os despojos e detritos podres nos armazéns para reservá-los aos navios que saem para longe, porque os destinatários ausentes nunca podem queixar-se perante Vossas Excelências da má qualidade deles na sua presença [A3].

Um forte isolado nos sertões do interior vive pela graça do abastecimento e do contato epistolar. Os atrasos e os regateios significam indigência, penúria e até perigo de morte. O contato com a capital se realizava com iates ou caravelas capturadas, que pre-

cisavam de uns dez dias para uma viagem simples. Vinte dias para a viagem de ida e de volta, mais dez dias para o processo de decisão e carregamento do navio, significavam na prática um mês inteiro, quando não havia transtornos. E nos últimos anos do Brasil holandês sempre havia transtornos. Uma antologia das inúmeras súplicas por ajuda basta para mostrar a enorme variedade dos problemas e do crônico desespero que reinava no Forte Maurício.

Entretanto lembro a Vossas Excelências que para defesa deste forte só disponho de duas peças de artilharia, razão porque vos prego de quanto antes mandar-me mais algumas [D3].

No armazém só nos restam 900 libras de mecha, que estamos economizando maximamente. Não posso deixar de pela terceira vez lembrar a Vossas Excelências que há enorme escassez de canhões para manter este forte, pedindo-vos que nos mandem mais, com as tábuas que também já tenho reclamado tantas vezes, e sem as quais tudo fica parado por aqui [E5].

Os canhões que Vossas Excelências me têm mandado ultimamente são de pouco serviço pela má qualidade de alguns, e por serem munidos de reparos inadequados [H2].

Em boa ordem recebi a lista dos víveres, mas ainda não vi o late *Heemstede* subir pelo rio [I1].

A maioria dos soldados não tem roupa; os vestidos que recentemente nos mandaram são insuficientes; não tem sapatos para marchar, e ainda menos camisas ou calças para cobrirem os corpos nus. Pela grande seca que sempre continua, a gente tem os pés cheios de bichos, que são causa de muitos aleijados e doentes [H1/2].

A doença aqui em questão era causada por uma pulga, que em português se chama

bicho-de-pé ou nígua. Segundo o dicionário de Caldas Aulete, ela se manifesta em ulcerações perigosas capazes de ocasionar a morte. Sempre é possível evitar a infecção mediante sapatos e meias, mas eles perderam-se em grande escala no referido incêndio do dia 3 de dezembro de 1646. Assim o grito por viveres, vestidos, sapatos, pregos, tábuas, utensílios e mosquetes é constantemente repetido nas cartas do Coronel Henderson ao Recife.

Claro está que a crônica fome poderia ser combatida pelo cultivo das raízes de mandioca, das quais se produzia o alimento local da farinha. Por isso, já logo depois da chegada a Penedo e numa carta que não se conservara, o Coronel Henderson tinha pedido aos Superiores no Recife “de mandar para cá uma boa turma de lavradores e alguns escravos para produzir farinha e arrotear algumas roças” [A6], mas evidentemente os Senhores tinham julgado demasiado caro tal projeto. Portanto, tinham lançado a ideia de que os próprios militares cultivassem a tal planta alimentícia. Com esse fim, o comandante lhes fornecera algumas estacas e ralados, mas os soldados tinham-se negado às lavouras da agricultura ao lado da sua já bem pesada tarefa de restaurar os muros do forte. Além disso, não tinham a menor ideia de como a farinha se fazia, ignorando que as raízes eram venenosas. Tinham grelhado grande parte das estacas sobre as brasas, comendo-as meio-cozidas de modo que várias pessoas, em decorrência, morreram ou adoeceram [B2]. Numa carta posterior, Henderson voltara a sugerir aos Senhores que mandassem agricultores brancos com escravos e utensílios para fazer farinha [G2], mas o assunto ficara apenas nesse plano. Porque os infiltrantes inimigos tinham-se aproximado demais ao forte, impossibilitando assim cada tentativa de se praticar agricultura em suas cercanias.

Também a carne do gado abandonado, que sem pastores errava nas duas margens

do rio, poderia ser uma boa fonte de alimento para a guarnição; nas primeiras semanas depois da reocupação do forte, tal era efetivamente o caso. Três vaqueiros portugueses das cercanias ofereceram-se a servir os holandeses, pedindo passaportes e títulos de residência. Chamavam-se Álvaro Gomes, Pedro de Carrilho e João Colaço [A5/6]. Conheciam perfeitamente a arte de vaquejar e a natureza do interior. Para vaquejar, era necessário saber cavalgar e se orientar nos sertões. Os europeus não dispunham dessas habilidades, mas a maioria dos índios sim. Na guarnição, servia uma companhia tupi comandada pelo Capitão Tomé Ramos [A6]. Voluntários daquela companhia prontificaram-se a ajudar os três vaqueiros mencionados no intuito de reunir o gado solto, e conduzindo-o ao forte em Penedo. Em princípio com êxito.

Até agora tenho empregado duas vezes os portugueses Pedro de Carrilho e Álvaro Gomes para reunir e tanger para cá os bois com a ajuda dos nossos soldados brasileiros. Apanharam perto de mil cabeças, e saíram de novo pela terceira vez a colher mais [B3].

Contudo, mais tarde isso se fazia cada vez mais dificilmente, já que naturalmente as autoridades baianas souberam das renovadas atividades holandesas ao longo do Rio São Francisco. Para definitivamente acabar com elas, lá mandaram primeiro unidades pequenas, e depois cada vez maiores. Nas cartas do Coronel Henderson, registra-se a presença delas numa avalanche de incidentes e rumores:

Eles estão no Sergipe [B4], (...) atacaram o nosso pelotão de guarda da casa de Álvaro Gomes, matando sete soldados [D 1]; (...) rio acima, foram vistos nas cercanias de Urubu [D1], (...) das várzeas pernambucanas, perto de duzentos homens dirigem-se ao mestre de campo Francisco Rebelo [E4], o número

deles já monta a seis mil [F2], (...) a presença deles já nos impede a tanger gado [G2]; na Ilha dos Cavalos, a leste do nosso forte, avistou-se uma unidade de quatrocentos soldados, que atacaram um comboio holandês de trinta e seis praças, matando um tenente e quatro mosqueteiros [J2]. Rio acima, manifestam-se pelo toque de trombetas e rufo de tambores, e deposição de panfletos para incitar nossa gente à deserção [L1].

Claro está que para os baianos esses três vaqueiros portugueses colaboradores dos holandeses com seus assistentes indígenas da companhia tupi do Capitão Ramos não passavam de vis traidores: “o inimigo parece rondar por aqui em pequenos bandos, porque já chacinaram três e penduraram dois dos nossos soldados brasileiros. Pagar-lhes-emos na mesma moeda ao apanharmos algum deles, como já mandamos pela maneira acostumada dois tapuias deles ao caminho de Una” [A6].

No Brasil Holandês o dito “mandar alguém ao caminho de Una” deve ter sido uma expressão que hoje já não conhecemos, mas claríssima ao coronel e seus superiores no Recife. Em outra carta dele, volta a ser empregada numa passagem da qual se colhe que despachar e mandar viajar pelo velho caminho a Una teria significado algo como liquidar. Una foi o nome de um engenho sobre o rio homônimo no sul de Pernambuco que, desde a revolta dos moradores de junho de 1645, ficava numa zona inimiga e, portanto, perigosíssima aos holandeses: “se Vossas Excelências não tivessem desejado que dessem passaportes a esses portugueses, já desde há muito teria despachado a eles. Álvaro Gomes e mais alguns já teriam viajado pelo velho caminho de Una, mas não tenho querido senão executar a ordem de Vossas Excelências” [M2].

A todas essas alarmantes notícias sobre a crescente pressão inimiga, os Senhores no Recife reagiram com conselhos bem intencionados, mas, geralmente, impraticáveis.

Nesse contexto, sugeriram construir um curral de gado nas cercanias do forte, a que Henderson respondeu que era impossível, porque, pela continuada seca, lá havia falta de pastagens: “Porque pela excessiva seca faltam os prados para nutrir um razoável número de bois, não poderei construir os currais tão perto daqui” [D1]. Também aconselharam mandar patrulhas para apanhar presos, e desse modo obter dados sobre a força e os projetos do inimigo, ao que respondeu que já várias vezes o tinha feito, mas sempre sem resultados pela inexperiência dos seus soldados: “Constantemente ocupo-me de dia e de noite da disposição de emboscadas para tratar de prender algum inimigo e saber das suas forças e projetos, mas até agora sem resultado, porque eles são superiores à nossa gente na destreza” [G2].

Além disso, os superiores, por razão da crescente pressão inimiga, insistiram em que se acelerasse a restauração do forte [H1], tendo a esse fim recrutado no Recife operários particulares. Mas, na prática eles, manifestaram-se como “canalha rapinante, preguiçosa e inexperiente”: “Os carpinteiros e pedreiros que o comissário nos tem mandado nesta remessa são as pessoas mais preguiçosas e incompetentes que achou por todo o Recife” [D4]. Por essa razão, Henderson preferia trabalhar com seus próprios soldados, ainda que tivesse que lhes pagar mais algum dinheiro para comprar víveres e bebidas no armazém [D2]. Também os oficiais exigiram mais soldo para proverem-se de queijo, manteiga e vinho na loja da guarnição [K3]. Mas, pela defeituosa ligação com a capital e o mísero abastecimento vindo da Holanda, é provável que tais exigências nunca tenham sido atendidas.

## DESENGANO

E assim arrastava-se a vida no Forte Maurício, entretanto decaído a castelo fantasma. Nas cartas, nunca se falam de inimigos presos, mas sim de outra sugestão maluca por

parte do Presidente e Conselheiros, a saber de cuidar que os eventuais desertores portugueses não visitassem os baluartes ou abrissem as portas de entrada. Era evidente que isso não se sucederia nunca e, além disso, nunca haveria desertores portugueses. “Não permitirei que qualquer português – sobretudo quando desertor – visite minhas baterias e canhões para desmontá-lo ou entregar o forte ao adversário” [M2]. Ao contrário, havia muitas deserções provocadas pelos bilhetes de propaganda dos baianos: “Nossa gente começava a desertar, como por exemplo três soldados do Capitão Koin com todas suas armas, e mais uns sete ou oito de outras companhias” [D4/5]. “Já várias vezes o inimigo deixou seus bilhetes aqui no campo para incitar nossa gente à deserção” [G1]. De vez em quando, era possível prender tais desertores que, então, eram julgados pelo tribunal militar e condenados a sentenças severas: “Ontem três deles foram pendurados, e o quarto condenado a presenciar a execução com a corda ao redor do pescoço, e a ser enxotado depois como velhaco” [G4]. O transgressor mais perverso foi culpado do seguinte crime:

Diogo Vanden Bergen, filho de um doutor de medicina da Cidade de Venlo, ex-escrevente do Capitão Danielse, sendo um velhaco astuto e bem educado, orientara-se sobre as posições deste Exército e força das companhias, com intuito de transmitir esses dados ao inimigo e introduzi-lo no forte, e por esses crimes foi pendurado no dia 12 deste mês. A sentença e notícia são mandadas a Vossas Excelências e ao Prosseguidor [L1].

A muitas perguntas estas cartas não respondem; de muitas provisões rotineiras não sabemos se existiam ou não na guarnição. Havia um campo de exercícios, um hospital, uma cozinha central, uma prisão, um cemitério, latrinas, percevejos, moscas, mosquitos, lombrigas, um matadouro, cheirete, médicos, predicantes? Sim, sabemos

que sob, gerência do Comissário Paulo Antônio Daems, para mil pessoas havia um armazém de viveres geralmente vazio, coberto por um telhado, e da superfície de 21 por 40 pés [K1]; que de vez em quando funcionava um tribunal militar [H2], e que dispunham de uma força. Na função de auditor, servia naquele tribunal certo Abraão Tapper, tão defeituoso como toda a caduca organização da tropa, da guarnição e dos Superiores no Recife. A citação que segue é longa, eloquente e ilustrativa, porque revela a total decadência que, entretanto, apoderara-se da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, seus funcionários e suas instituições:

Ao tempo da minha saída, recomendei a Vossas Excelências – pelas importunidades e instâncias de muita gente – a pessoa de Abraão Tapper, para ajudá-lo a reinserir-se e voltar à vida decente e honesta, na esperança de que assim abandonasse as patifarias que por muito tempo tinha praticado com pública reprovação. Mas parece que a pega não pode deixar de saltitar, porque aqui tratou de provocar uma grande amotinação na tropa: primeiro, incitando o Comissário Daems contra o Major Pistor caluniando-o com muitas e escandalosas injúrias, também às escondidas ofendendo a mim nas minhas honras; e em geral não fazendo senão difamar a todo o mundo. Sim, esquecendo-se de toda a honra e de Deus, nem se envergonhou de divulgar e comunicar a várias pessoas o tema das cartas que foram trocadas entre Vossas Excelências e minha pessoa. Também tem mostrado e deixado ler a outras pessoas cartas minhas escritas ao Príncipe Governador das Províncias Unidas e à Reunião dos Dezenove Diretores da Companhia das Índias Ocidentais na Holanda, façanha que se em outra guerra tivesse sucedido, não teriam deixado de passar uma sovela abrasada pela língua dele, e de expulsá-lo do Exército a chicotadas como um velhaco.

Sendo este caso julgado e examinado pelo tribunal militar, o dito Tapper foi destituído da sua função, condenado a golpear-se sobre a boca e satisfazer o Comissário Daems e o Major Pistor – como fez – e a viajar pela primeira embarcação ao Recife, como peste e escandaloso veneno em qualquer Exército. E assim o dito Tapper foi mandado ao Recife na Galeota *Vledermuis*, bem como o relatório e a condenação foram enviados mandados com esses termos: “a Vossas Excelências, pelo barco do Cornélio, para que disponham deles segundo o sábio critério vosso” [H2/3].

A partir daqui, o drama transformou-se em farsa porque a Galeota *Vledermuis* fazia água, e como não podia passar a rebentação na foz do rio, viu-se obrigada a voltar a Penedo com o senhor Tapper a bordo. Estava tão carcomida que nenhum carpinteiro podia restaurá-la [I2, J1/2]. Finalmente, foi declarada pronta para a sucata [M1]. Entretanto, o advogado Heregraaf, nomeado no tribunal militar como auditor interino [H3], revelara-se incompetente para o cargo por ser tão alcoólatra como o próprio Tapper [J2]; assim, receberam no Recife o pedido de mandar para o Brasil, na primeira ocasião, um auditor perito e conhecedor dos procedimentos de um tribunal [J2]. Em nenhum lugar refere-se o seguimento da carreira do senhor Heregraaf, mas sim que Abraão Tapper se embarcou ao Recife pela segunda vez a 8 de fevereiro de 1647 para justificar sua má conduta [J1], desaparecendo dessa maneira da vista desta história.

A tragicomédia da Galeota *Vledermuis* (cujo nome significa morcego) remete-nos à pequena armada de embarcações da qual Henderson dispunha para seus contatos com o Recife e atividades pelo rio. A ela não pertenciam os navios transatlânticos como galeões e naus, porque eles não podiam manobrar num rio, mas sim os menores como barcos, caravelas, iates, galeotas e chalupas. Nas cartas, elas são mencionadas repetidamente por seus nomes e tipos [D3,E1]. Esses menores eram conhecidos pelo termo cole-

tivo de “embarcações pequenas”. Elas eram repartidas pelas autoridades no Recife pelos fortes afastados, e como sempre o presidente e seus conselheiros desempenharam-se com mesquinhez dessa tarefa: “no que se refere às embarcações pequenas, das quais Vossas Excelências afirmam não poder dispensar-se no Recife, já vejo que terei que arranjar-me com as poucas que tenho aqui, aguardando, no entanto, a grande chalupa que nos seria da maior utilidade aqui” [A2].

O Coronel Henderson tinha por obrigação mandar a cada semana uma carta com avisos sobre os acontecimentos correntes no forte, e conforme as condições meteorológicas do momento e a condição das embarcações disponíveis, ele deveria estar bem-disposto a cumprir com ela [A5]. Só que os Superiores na cidade costumavam demorar indevidamente a volta dos barcos, o que não só era motivo de irritação para o comandante, mas também causa de estagnação nas obras do forte.

Segundo a ordem recebida de Vossas Excelências, tenho-Vos mandado de tempo em tempo para lá embarcações pequenas com notícias, e não sei o que pensar do fato de Vossas Excelências tanto tempo ficarem com elas, não ignorando quanta falta elas fazem aqui para o serviço da Companhia no Rio São Francisco. Portanto não quero deixar de lembrar outra vez a Vossas Excelências de prestar atenção a este meu pedido já repetidamente feito, embora sempre dentro dos limites das possibilidades do Estado e critérios Vossos [D3]. (...) Com esta vai a última embarcação ainda dispensável sem que o trabalho aqui fique interrompido [L2].

Uma das tarefas locais era a procura das paliçadas para a restauração do forte. Essas estacas cortaram-se nas matas ao longo do rio, e transportaram-se a Penedo em barcos [G2/3]. Precisamente porque nesse tempo a inserção com terra no lado de cima da muralha estava quase concluída, necessitava-se

urgentemente dessas paliçadas para fortificar também a base dela. Era da maior importância que esse trabalho não ficasse interrompido:

No que se refere à fortificação, hoje ficaram quase terminados os últimos transportes de terra às muralhas de defesa. E agora estou ocupado de prover o forte de faxinas, tal como alguns baluartes já foram providos delas. Ainda mandarei revestir o forte quando possível com uma saia de paliçada por fora, para maior segurança [J1].

A 16 de janeiro de 1647, Henderson escrevera que já durante três meses não tinha chovido, e que a grande seca “encadeara a terra como com ferro”, com o resultado que “de vez em quando aparecem buracos na muralha, que devem ser tapados, de modo que a conservação da fortificação é quase trabalho perdido” [G1]. A 8 de fevereiro ainda não tinha chovido e terminaram-se as últimas aplicações de terra à muralha [J1]. A 18 de fevereiro, o comissário Daems advertira os Superiores no Recife que a mudança anual da monção estava perto, e que era preciso contar com ela no abastecimento do forte com víveres [K2]. Finalmente, a 27 de fevereiro as chuvas tinham começado a cair. Nessa altura, a guarnição foi confrontada com a trágica descoberta de que a terra das muralhas já não era soprada pelos ventos, senão arrastada pelas águas, de modo que outra vez deviam começar com os transportes dela para manter a altura dos muros. Tal desgraça rompeu as vontades mais férreas: “além disso, pela frouxidão da terra, a altura das muralhas desceu mais de pé e meio com a chuva caída; de modo que elas devem ser levantadas de novo e bem reformadas com paliçadas; o que outra vez nos custará muito trabalho [M1].

Assim, lê-se na última carta do dossiê Henderson. Em março, devem ter chegado à conclusão de que o prolongamento da ocupação do forte seria inútil, e em abril se realizou a partida. Em outra parte do arquivo da Companhia das Índias Ocidentais ainda seria possível encontrar alguns detalhes a respeito do êxodo, mas na essência nem é necessário conhecê-los. A Companhia foi gasta, o forte decrépito, e a guarnição desmoralizada pela crônica negligência e pelo desespero resultante. Desocuparam o lugar para que voltassem os urubus.

## **BIBLIOGRAFIA**

BOXER, C. R. *The Dutch in Brazil 1624-1654*. Oxford, 1957.

LAET, João de. *Roteiro de um Brasil desconhecido*. Descrição das costas do Brasil. Manuscrito da John Carter Brown Library, Providence. Transcrito, traduzido e anotado por B. N. Teensma. Petrópolis: Kapa Editorial, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura norte do Brasil. Prefácio de Gilberto Freire. 4a edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte; São Paulo, 1981.

WIESEBRON, Marianne L. (editora). *O Brasil em arquivos holandeses (1624-1654) / Brazilië in de Nederlandse archieven. De West-Indische Compagnie: overgekomen brieven en papieren uit Brazilië en Curaçao*. Leiden 2005.

## **NOTAS**

<sup>1</sup> “The moradores of Paraíba rose against the Dutch on 2 September (1645), and at the other end of the colony the garrisons of Porto Calvo and Fort Maurits (on the river São Francisco) surrendered on 17 and 18 September, respectively. Sergipe del Rey followed suit on the 22nd, and at the end of the month the Portuguese were masters of nearly all the country between Rio Grande do Norte and the Rio Real” (BOXER, 1957, p. 172).

<sup>2</sup> “(...) although Fort Maurits, on the Rio São Francisco, was reoccupied in November (1646) by Colonel Henderson, the garrison was so roughly handled in ill-conducted sorties that the place was abandoned in the following April” (BOXER, 1957, p. 184).

<sup>3</sup> Sobre os Tapuias/Tupis, Boxer aponta que: “From the colonists’ view-point, the Ameridians fell into two main racial divisions. The first was formed by the (for the most part) coast-dwelling Tupis, of the Tupi-Guarani linguistic family, speaking the *língua geral* or ‘common tongue’, whose various dialects were closely related, ‘like Portugues and Spanish’. The second group was formed by the more fiercely cannibalistic Tapuyas of the interior of the sertão, who were the sworn foes of the Tupis, and who spoke the *línguas travadas* or ‘twisted tongues’. Both of these groups consisted of wandering naked savage tribes who were still in the Stone Age, and who carried on fierce inter-tribal wars in which their prisoners were usually ceremonially fattened and eaten. Those of the Tupis whom the colonists had enslaved or the Jesuits had ‘reduced’ in their villages, were known – as *Índios mansos* or ‘tame Indians’. The Tapuyas had, with insignificant exceptions, resisted all attempts to enslave or domesticate them” (BOXER, 1957, pp. 18-19).

<sup>4</sup> Soldados africanos serviam no Brasil tanto no exército português como no holandês. Na Bahia, Henrique Dias era conhecido pelo título honorífico “Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil”. Sobre os africanos no exército da Companhia das Índias Ocidentais, o historiador Gonsalves de Mello observa: “Serviram os negros desde então, ao lado dos holandeses, como soldados. (...) A muitos que prestaram leais serviços, como soldados, guias etc., foi concedida como prêmio a alforria”. E em outro lugar: “Havia, também, do lado dos flamengos, um certo capitão Antônio Mendes, que tinha sob as suas ordens uma companhia de índios tupis, mulatos e negros” (MELLO, 2001, pp. 185-204).

